

# A DESTERRITORIALIZAÇÃO NA OBRA DE DELEUZE E GUATTARI

ROGÉRIO HAESBAERT E GLAUCO BRUCE<sup>1</sup>

Departamento de Geografia  
Universidade Federal Fluminense

*(...) construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (Gilles Deleuze, em entrevista em vídeo)*

É necessário reconhecer a grande importância da obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari para a Geografia, principalmente através do conceito de desterritorialização. Não são poucos, contudo, os mal-entendidos na tradução dos sentidos em que a expressão é utilizada. O objetivo primeiro deste artigo é elucidar um pouco mais a concepção de des-re-territorialização tal como se apresenta na obra desses autores, cientes do grande potencial que ela nos reserva para explorações no campo da Geografia.

A emergência da temática da desterritorialização como centro de nossas preocupações teóricas na última década (HAESBAERT, 1994, 1997 e 2001) acabou direcionando-nos, de uma maneira ou de outra, para um novo olhar sobre a obra de Deleuze e Guattari, espécie de “pais” desta terminologia, introduzida principalmente através da obra *O Anti-Édipo* (publicado originalmente em 1972) e desdobrada sobretudo em *Mil Platôs* (1980) e *O que é a filosofia?* (1991).

Dessa forma, quando discutimos a desterritorialização, para além do debate filosófico estamos, direta ou indiretamente, balizados por problemas e questões concretas. Indagarmo-nos sobre qual o problema que queremos resolver é o primeiro passo para a construção dos conceitos e do próprio pensamento. Por trás de todo o debate teórico, aqui privilegiado, está a crescente difusão das questões ligadas ao que vulgarmente se denomina “o fim dos territórios” (BADIE, 1995) ou, mais amplamente, o enfraquecimento da dimensão espacial na vida social.

Na verdade o que estamos propondo é questionar a unilateralidade que geralmente envolve o discurso sobre a desterritorialização, como se o mundo estivesse, definitivamente, “desterritorializando-se”. A partir da proposta de Deleuze e Guattari, queremos pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas. O problema concreto que se coloca é o de como se dá a construção e a destruição ou abandono dos territórios humanos, quais são os seus componentes, seus agenciamentos, suas intensidades — para utilizar a linguagem de Deleuze e Guattari. Mas nosso propósito específico, aqui, é menos ambicioso: trata-se de esclarecer o que estes autores

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido no âmbito das pesquisas do NUREG (Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização), coordenado por Rogério Haesbaert. Glauco Bruce é aluno do curso de Geografia da UFF. Os autores agradecem a colaboração e leitura crítica do professor Auterives Maciel, cujas reflexões foram muito importantes para este trabalho.

propõem conceitualmente como sendo os processos de desterritorialização.

## Conceitos para a Geografia?

A relação entre Deleuze-Guattari e a Geografia pode ser vista em duas perspectivas: a primeira, através da presença de questões ou de uma abordagem geográfica no próprio interior da obra desses autores, mesmo que sem alusões explícitas ao discurso dos geógrafos; a segunda, o discurso geográfico que se utiliza da filosofia de Deleuze e Guattari. Deste modo, um conjunto paralelo de questões diz respeito à própria construção teórica da Geografia, que pode, reconhecemos, ser substancialmente enriquecida pelo debate sobre a desterritorialização nesta perspectiva.

Cabe lembrar, de saída, o quanto ainda é restrito o diálogo da Geografia com a obra desses dois filósofos. Trabalhos de referência como os de Harvey (1992[1989]) e Soja (1993[1989]) fazem uma leitura de autores “pós-estruturalistas” como Foucault e destacam sua contribuição para o diálogo com a Geografia. Mas as obras de Deleuze e Guattari são bem menos trabalhadas<sup>2</sup>. O mesmo crivo dialético-histórico-materialista com que os autores leram Foucault poderia, com as necessárias ressalvas, ser utilizado para se ler Deleuze e Guattari. Este último, por exemplo, revela sua profunda perspectiva sócio-crítica nos intensos diálogos travados com o PT brasileiro, reproduzidos principalmente na obra escrita com Suely Rolnik nos anos 80 (GUATTARI e ROLNIK, 1986) e em *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo* (GUATTARI, 1987).

Mais recentemente os geógrafos têm dado um destaque maior para o pós-estruturalismo (ou, mais comumente, para o seu homólogo, o pós-modernismo<sup>3</sup>) e para trabalhos como os de Derrida e Deleuze. Um dos poucos trabalhos mais consistentes colocados abertamente nesta linha é o do geógrafo Marcus Doel (1999), cuja “Geografia pós-estruturalista” (que ele utiliza no plural ao dar título ao seu livro) encontra-se amplamente inspirada (no nosso ponto de vista de forma exagerada) pelo “nomadismo”, a “esquizo-análise”, as “dobras” e a desterritorialização de Deleuze e Guattari.

Doel vê o espaço como algo sempre em processo, um permanente “tornar-se”. Para ele “se algo existe, é apenas enquanto confluência, interrupção e coagulação de fluxos”. Em consequência, não há “última instância” ou estrutura primeira, solidez e fluidez nunca estão separadas, “a permanência é um efeito especial da fluidez” (p. 17). Por isso, espaço é, antes de tudo, um processo, uma “especialização” (*spacing*).

De qualquer forma, a geografia encontra-se amplamente presente no trabalho de Deleuze e Guattari. Roberto Machado (1990) dá ênfase à “geograficidade” da genealogia deleuzeana afirmando:

*Sua característica mais elementar é o fato de ela se propor mais como uma geografia do que propriamente como uma história, no sentido em que, para ela, o pensamento, não apenas e fundamentalmente do ponto de vista do conteúdo, mas de sua própria forma, em vez de constituir sistemas fechados, pressupõe eixos e orientações pelos quais se desenvolve. O que acarreta a exigência de considerá-lo não como uma história linear e progressiva, mas privilegiando a constituição de espaços, de tipos. (p. 9)*

Machado fala então de uma “geografia do pensamento” deleuzeana, “profundamente

---

2 Apenas o Anti-Édipo é citado por Harvey e nenhuma citação dos autores é feita por Soja.

3 Peters (2000) propõe uma distinção entre as duas correntes, enfatizando “a peculiaridade filosófica do pós-estruturalismo como um movimento que começa na França no início dos anos 60 e que tem fontes específicas de inspiração no trabalho de (...) Nietzsche e Heidegger. O pós-modernismo, em contraste, desenvolve-se a partir do contexto do alto modernismo estético, da história da *avant-garde* artística ocidental que se seguiram à crise de representação que culminou com o cubismo, o dadaísmo e o surrealismo”. (p. 17).

dualista”, baseada em dois espaços heterogêneos e antagônicos, propriedade não apenas da filosofia, mas do pensamento em geral. Deleuze chega até mesmo “a utilizar a expressão ‘dualidade primordial’ para situar a relação entre dois tipos de espaço: o espaço liso (vetorial, projetivo, topológico) e o espaço estriado (métrico)”. (1990: 11)<sup>4</sup>.

Uma das principais dificuldades em se trabalhar com um conceito na obra de Deleuze e Guattari, seja ele a desterritorialização, o duo molar-molecular ou o rizoma, é que o conceito para eles é fugidio, literalmente “rizomático” e múltiplo (“articulação, corte e superposição”), fazendo sempre referência a outros conceitos (tanto em seu passado quanto em seu presente e em seu devir [DELEUZE e GUATTARI, 1992]). Mas, o que é ainda mais relevante, o conceito é criado e pensado pela filosofia, não se trata do conceito científico, tal como o desdobramos nas ciências sociais:

*O conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Os conceitos, neste sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los. O conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento de si, e o que ele conhece é o puro acontecimento, que não se confunde com o estado de coisas no qual se encarna. Destacar sempre um acontecimento das coisas e dos seres é a tarefa da filosofia quando cria conceitos, entidades. Erigir o novo evento das coisas e dos seres, dar-lhes sempre um novo acontecimento: o espaço, o tempo, a matéria, o pensamento, o possível como acontecimentos... (1992:46)*

Pode-se alegar que há um “potencial idealista” nesta proposição (o conceito como conhecimento, mas conhecimento do conhecimento). Mas Deleuze e Guattari ressaltam frequentemente que não se trata de separar o conteúdo da expressão, a natureza da história, o material do imaterial. A filosofia oscilaria entre um “ignorar tudo a respeito do conceito” (que seria então delegado ao âmbito da ciência) e um “conhecimento de pleno direito e de primeira mão, a ponto de nada dele deixar para a ciência que, aliás, não tem nenhuma necessidade dele e que só se ocupa de estado de coisas e de suas condições”. O conceito da filosofia seria uma espécie de “conceito primeiro”, poderíamos dizer, e a grandeza da filosofia “avalia-se pela natureza dos acontecimentos aos quais seus conceitos nos convocam, ou que ela nos toma capazes de depurar em conceitos” (DELEUZE e GUATTARI, 1992:47)<sup>5</sup>.

Portanto, há muitas pontes a serem construídas sob a inspiração da “desterritorialização” deleuze-guattariana, incluindo sem dúvida a possibilidade de, à luz da geograficidade dos eventos, reconstruí-la, recriá-la, reconduzindo-a por outros caminhos. Em síntese, o objetivo último deste texto é enriquecer o pensamento geográfico através do desvendamento da concepção de desterritorialização em Deleuze e Guattari, autores que sempre tiveram no conceito de território e nos processos de desterritorialização e reterritorialização importantes ferramentas para o entendimento não apenas das questões filosóficas, mas também das práticas sociais e na construção de um efetivo projeto político de libertação dos desejos, dos corpos, da arte, da criação e da produção de subjetividade.

## **As multiplicidades e o rizoma**

A filosofia de Deleuze e Guattari é denominada pelos próprios autores de uma “teoria das multiplicidades”. Estas multiplicidades são a própria realidade, superando assim as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma. Embora os autores reconheçam que subjetivações, totalizações e unificações são “processos que se produzem e aparecem nas

---

4 Machado comenta aqui o capítulo 14 de Mil Platôs, “O liso e o estriado”, um dos mais geográficos dos referidos autores.

5 Para um maior aprofundamento, sugerimos a leitura do livro “O que é a filosofia?” (1992), onde os autores vão distinguir conceitos filosóficos de conceitos científicos (que eles vão chamar de funções).

multiplicidades”, estas “não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (DELEUZE e GUATTARI, 1995a:8). Seu “modelo de realização”, portanto, não é a hierarquia da árvore-raiz, mas a pluralidade do rizoma.

Deleuze e Guattari, assim, constroem o seu pensamento através do modelo do rizoma. O rizoma é uma proposta de construção do pensamento onde os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referência aos quais os outros conceitos devem se remeter. O rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades. O rizoma é a cartografia, o mapa das multiplicidades.

Enquanto o modelo da árvore-raiz é “decalque”, reprodução ao infinito, o rizoma-canal e mapa, “voltado para uma experimentação ancorada no real”, aberto, desmontável, reversível, sujeito a modificações permanentes, sempre com múltiplas entradas, ao contrário do decalque, que “volta sempre ‘ao mesmo’”. (DELEUZE e GUATTARI, 1995a:22)

Esta proposta rizomática do pensamento busca se contrapor, mas sem negar, o pensamento arborescente<sup>6</sup>. O que é o pensamento arborescente, ou simplesmente em árvore? Este pensamento é aquele que opera por hierarquização e pela centralidade, ou seja, estabelece um centro de origem (uma genealogia), como os autores exemplificam:

*qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. A árvore lingüística à maneira de Chomsky começa ainda num ponto S e procede por dicotomia. Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (1995a: 15).*

A árvore remete-se a centros de poder, à hierarquia, estruturas e relações binárias e biunívocas. Os autores afirmam que “a lógica binária e as relações biunívocas dominam ainda a psicanálise (...), a lingüística e o estruturalismo, e até mesmo a informática” (1995a:13). Instituições e aparelhos de poder como o Estado, a escola e a fábrica também se organizam de forma arborescente.

Deleuze e Guattari irão chamar a atenção para a relação entre o rizoma e a árvore. Apesar de criticar a árvore, os autores afirmam que existe uma relação entre os dois, que um transpassa o outro, modificando mutuamente a sua natureza. Isso significa dizer que, mesmo no rizoma, podem existir segmentos que vão endurecer e tornar-se árvore, ao mesmo tempo em que na árvore pode se dar a constituição de um rizoma. Os autores vão afirmar, por exemplo, que “as sociedades primitivas têm núcleos de dureza, de arborificação, que tanto antecipam o Estado quanto o conjuram. Inversamente, nossas sociedades continuam banhando num tecido flexível sem o qual os segmentos duros não vingariam” (1996:90).

Na obra dos autores, as sociedades primitivas remetem-se ao rizoma, no entanto, podemos perceber que elas próprias têm arborescências dentro de si, ao passo que as sociedades capitalistas, identificadas mais com a arborescência, necessitam do rizoma (o tecido flexível) para existirem<sup>7</sup>.

6 Não podemos entender essa contraposição como uma oposição onde um termo tenta eliminar o outro, mas sim devemos perceber uma relação de tensão e de complementaridade, como veremos mais adiante. Também é importante ressaltar que não se trata simplesmente de um novo dualismo ou conjunto de modelos (árvore-raiz x rizoma-canal): “Nem outro nem novo dualismo. Problema de escrita: são absolutamente necessárias expressões anexatas para designar algo exatamente. (...) a anexatidão não é de forma alguma uma aproximação; ela é, ao contrário, a passagem exata daquilo que se faz. Invocamos um dualismo para recusar um outro. Servimo-nos de um dualismo de modelos para atingir um processo que se recusa todo modelo.” (DELEUZE e GUATTARI, 1995a:32)

7 É o que, em outras palavras, os autores denominam de segmentaridade molar e segmentaridade molecular: “Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são pois atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra *molecular*. (...) sempre uma pressupõe a outra. Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo *macropolítica* e *micropolítica*”. (DELEUZE e GUATTARI, 1996:90, grifos dos autores) São citados como exemplos dessa segmentaridade molar as classes e da segmentaridade molecular as massas, as classes sendo talhadas a partir das massas, “cristalizando-as”.

A obra dos autores é marcada por esse jogo de relações múltiplas, coexistentes e de certa forma, complementares. Não há um pensamento binário, de simples oposição entre os termos; não há oposição entre rizoma e árvore:

*O que conta é que a árvore-raiz e o rizoma-canal não se opõem como dois modelos: um [a árvore] age como modelo e como decalque transcendente, mesmo que engendre suas próprias fugas; o outro [o rizoma] age como processo imanente que reverte o modelo e esboça um mapa, mesmo que constitua suas próprias hierarquias, e inclusive ele suscite um canal despótico (1995a:31).*

Os autores procuram pensar e criar por rizoma, buscando os encontros, os agenciamentos e os acontecimentos. Por agenciamento, Guattari e Rolnik se referem a uma “noção mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma, etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica (sic), imaginária”. (1986:317)

Pensar esses agenciamentos é sem dúvida pensar em uma Geografia, uma Geografia das multiplicidades e das simultaneidades como condição para a própria História. Não há História possível sem esses encontros, sem esses agenciamentos<sup>8</sup>. Dessa forma, para discutirmos a desterritorialização, a reterritorialização e o território, precisamos primeiro articular os conceitos que nos permitem pensar estas questões. O primeiro conceito fundamental para discutir as questões propostas é o conceito de território. Qual, então, o conceito de território de Deleuze e Guattari?

## **O conceito de território e seus componentes**

Através de Deleuze e Guattari é possível “fazer a leitura do social desde o desejo, fazer a passagem do desejo ao político, nos quadros dos modos de subjetivação” (GUATTARI e ROLNIK, 1986:3 16). Eles propõem pensar o desejo como um construtivismo, renunciando ao par sujeito-objeto (aquele que deseja e aquilo que é desejado). O desejo seria maquínico<sup>9</sup>, produtivo, construtivo. Nunca desejamos só uma coisa, desejamos sempre um conjunto de coisas. Por exemplo, uma mulher não deseja apenas um vestido, mas deseja também pessoas olhando para ela, deseja uma festa onde possa usar o vestido, deseja uma cor, uma textura; um músico não deseja apenas um bom instrumento, ele quer harmonia, sonoridade, uma platéia, um lugar, etc. Dessa forma, o desejo vem sempre agenciado. Nessa concepção, o desejo cria territórios, pois ele faz uma série de agenciamentos.

Podemos considerar como uma primeira abordagem de território aquela que

---

8 Como enfatizam diversos autores: “Ao meio-espço, caracterizado por mil fenômenos exteriores, é preciso acrescentar o meio-tempo, com suas transformações contínuas, suas repercussões sem fim. Se a História começa por ser ‘toda geografia’, como disse Michelet, a geografia se torna gradualmente ‘história’ pela reação contínua do homem sobre o homem”. (RECLUS, 1985:57) “A frase pode parecer extravagante, mas os seres humanos ‘fazem sua própria geografia’ não menos do que ‘fazem sua própria história’. Isto significa que as configurações espaciais de uma vida social são uma questão de importância tão fundamental para uma teoria social como as dimensões da temporalidade e, como já enfatizei com frequência, para muitos fins é conveniente pensar em termos de um espaço-tempo ao invés de tratar tempo e espaço separadamente”. (GIDDENS, 1991:28) “A sociedade no seu devir histórico não é a-geográfica. A expressão, por certo, causa um certo estranhamento, embora seja natural dizer-se que o espaço em que vivemos está impregnado de história. É como se fosse natural falar da historicidade do espaço geográfico e não de uma geograficidade da história. Poderíamos, à guisa de provocação epistemológica, afirmar que se a história se faz geografia é porque, de alguma forma, a geografia é uma necessidade histórica e, assim, uma condição de sua existência que, como tal, exerce uma coação que, aqui, deve ser tomada ao pé da letra, ou seja, como algo que co-age, que age com, é co-agente” (GONÇALVES, 2002:229).

9 Em relação a máquina/maquínico, Guattari e Rolnik afirmam: “as máquinas, consideradas em suas evoluções históricas, constituem (...) um *phylum* comparável ao das espécies vivas. Elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidades. (...) no sentido lato (isto é, não só as máquinas teóricas, sociais, estéticas etc.), nunca funcionam isoladamente, mas por agregação ou por agenciamento. Uma máquina técnica, por exemplo, numa usina, está em interação com uma máquina social, uma máquina de formação, uma máquina de pesquisa, uma máquina etc.” O desejo é maquínico porque ele produz, é criativo, agencia elementos. Não podemos reduzir essa concepção de desejo ao simples maquinismo, como uma herança de algum tipo de racionalismo ou como uma metáfora de apologia ao mecânico como algo superior ao humano” (p. 320).

denominamos de naturalista ou biologicista, discutida a partir da territorialidade dos animais. Para Deleuze e Guattari, “já nos animais sabemos da importância [das] atividades que consistem em formar territórios, em abandoná-los ou em sair deles, e mesmo em refazer território sobre algo de uma outra natureza (o etólogo diz que o parceiro ou o amigo de um animal ‘equivale a um lar’, ou que a família é um ‘território móvel’)”. (1992:90)

Deleuze, em uma entrevista, comentou a importância do território para os animais, afirmando que todo animal tem “um mundo específico”, desde ambientes muito reduzidos, indispensáveis a sua reprodução, como o “território” dos carrapatos. Este “mundo específico” dos animais não seria extensível ao homem, que “não tem um mundo”, mas “vive a vida de todo mundo”. Trata-se, portanto, de uma primeira distinção entre as duas territorialidades.

Este espaço que constitui um “pequeno mundo” exige a definição de um contexto próprio, delimitado, por exemplo, por odores que os animais carregam e difundem, marcando seu território. Reconhecendo que diferentes espécies animais têm distintas relações como território (fazendo uma distinção relativa entre “animais de território” e “animais de meio”), Deleuze afirma que “os animais com território são prodigiosos”.

Günzel (*s/d*), a partir da visão de Deleuze e Guattari, considera o território num sentido etológico como “o ambiente de um grupo (por exemplo, um coletivo de lobos, de ratos ou um grupo de nômades) que não pode por si mesmo ser objetivamente localizado, mas que é constituído por padrões de interação por meio dos quais o grupo ou coletivo assegura uma certa estabilidade e localização”. E acrescenta: “exatamente no mesmo sentido o ambiente de uma única pessoa (ambiente social dele ou dela, espaço de vida pessoal, hábitos dele ou dela) pode ser visto como um ‘território’, no sentido psicológico, a partir do qual a pessoa age ou para o qual se volta”.

Na verdade, apesar de alguns autores restringirem a visão deleuze-guattariana de território a um nível meramente psicológico (como TOMLINSON, 1998<sup>10</sup>), podemos afirmar que ela é de tamanha amplitude que engloba todas estas versões de território. Trata-se na verdade de uma vasta mudança de escala: iniciando como território etológico ou animal passamos ao território psicológico ou subjetivo e daí ao território sociológico e ao território geográfico (que inclui a relação sociedade-natureza). Deleuze e Guattari vão ainda mais longe: para eles, território é um conceito fundamental da Filosofia. Como afirma Felix Guattari no livro “Micropolítica: Cartografias do Desejo”:

*A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1986:323).*

Busquemos então analisar de forma mais densa esse conceito. O território é um agenciamento<sup>11</sup>. Os agenciamentos extrapolam o espaço geográfico, por esse motivo o conceito de território dos autores é extremamente amplo, pois, como tudo pode ser agenciado, tudo pode

---

10 O autor, comentando a diversidade de sentidos do termo desterritorialização (ao qual dedica um capítulo inteiro de seu livro), afirma que não seguirá a análise na linha de Deleuze e Guattari em *O Anti-Édipo* porque estes utilizam o termo “denotando os efeitos psico-culturais do capitalismo” (p. 213)

11 “Todo agenciamento é, em primeiro lugar, territorial. A primeira regra concreta dos agenciamentos é descobrir a territorialidade que envolvem, pois sempre há alguma: dentro de sua lata de lixo ou sobre o banco, os personagens de Beckett criam para si um território. Descobrir os agenciamentos territoriais de alguém, homem ou animal: ‘minha casa’. (...) O território cria o agenciamento. O território excede ao mesmo tempo o organismo e o meio, e a relação entre ambos; por isso, o agenciamento ultrapassa também o simples ‘comportamento’ (...)” (1997:218)

ser também desterritorializado e reterritorializado. Como se dá, então, a construção do território? Se a criação do território se dá através de agenciamentos, devemos reconhecer em primeiro lugar que estes são de dois tipos: agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos de corpos (ou de desejo).

Os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos. Os agenciamentos maquínicos de corpos dizem respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos em uma sociedade<sup>12</sup>. Aqui é importante lembrar que, tal como na não dicotomização geográfica entre Natureza e sociedade, também não é possível ver o corpo social fora do corpo da Natureza, pois se trata de um só corpo de multiplicidades. O agenciamento maquínico de corpos é essa relação que se constrói entre os corpos:

*Um regime alimentar, um regime sexual regulam, antes de tudo, misturas de corpos obrigatórias, necessárias ou permitidas. Até mesmo a tecnologia erra ao considerar as ferramentas nelas mesmas: estas só existem em relação às misturas que tornam possíveis ou que as tornam possíveis.* (DELEUZE e GUATTARI, 1995b:31)<sup>13</sup>

Um outro exemplo citado pelos autores e que nos ajuda a pensar este agenciamento é o agenciamento feudal. “Considerar-se-ão as misturas de corpos que definem a feudalidade: o corpo da terra e o corpo social, os corpos do suzerano (sic), do vassalo e do servo, o corpo do cavaleiro e do cavalo (...) — é tudo um agenciamento maquínico” (1995b:30).

Os agenciamentos coletivos de enunciação, por outro lado, remetem aos enunciados, a um “regime de signos, a uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua” (1995b:32). Os agenciamentos coletivos de enunciação não dizem respeito a um sujeito, pois a sua produção só pode se efetivar no próprio *socius*, já que dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos (como os brasões, por exemplo).

Neste momento é preciso atenção e cuidado. Não podemos reduzir o estado de corpos aos enunciados coletivos. Deleuze e Guattari deixam muito claro que os agenciamentos maquínicos de corpos (conteúdo) têm uma forma, assim como os agenciamentos coletivos de enunciação (expressão) também têm uma forma, logo, não podemos dizer que os agenciamentos coletivos são a expressão dos agenciamentos maquínicos de corpos. Não há essa relação de reduzir um ao outro, ou uma relação dicotômica entre “regimes de signos” e “estatuto de estados de coisas”<sup>14</sup>.

O que eles afirmam é que existe uma relação entre os dois agenciamentos, os dois percorrem um ao outro, os dois agenciamentos intervêm um no outro, é um movimento recíproco e não hierárquico. Como isso acontece?

Os agenciamentos coletivos de enunciação fixam atributos aos corpos de forma a recortá-los, ressaltá-los, precipitá-los, retardá-los, etc<sup>15</sup>.

12 Por exemplo, todo um regime alimentar diz respeito a um agenciamento maquínico de corpos (a técnica, o *socius*, a Natureza), pois diz respeito à constituição de máquinas técnicas, como uma máquina social que vai estabelecer uma série de relações com seu próprio corpo (*stricto sensu*) e com a Natureza. Como o corpo sócio-técnico vai se relacionar com os fluxos da Natureza? Nas sociedades tradicionais, por exemplo, essa relação se dava sem uma exterioridade ou dicotomia entre corpos.

13 Esta alusão às “misturas” sócio-técnicas nos reporta à noção de híbridos de Bruno Latour (1991).

14 Os autores, fazendo uso do termo desterritorialização, que será analisado mais adiante, afirmam: “(...) as formas, tanto de conteúdo quanto de expressão, tanto de expressão quanto de conteúdo, não são separáveis de um movimento de desterritorialização que as arrebatam. Expressão e conteúdo, cada um deles é mais ou menos desterritorializado, relativamente desterritorializado segundo o estado de sua forma. A esse respeito, não se pode postular um primado da expressão sobre o conteúdo, ou o inverso. Os componentes semióticos são mais desterritorializados que os componentes materiais, mas o contrário também ocorre. Por exemplo, um complexo matemático de signos pode ser mais desterritorializado do que um conjunto de partículas; mas as partículas podem, inversamente, ter efeitos experimentais que desterritorializam o sistema semiótico” (DELEUZE e GUATTARI, 1995b:28)

15 Como este não é o objetivo do nosso trabalho, sugerimos ao leitor que procure essa discussão na obra Mil Platôs, vol. 2, cap. 4 (Postulados da Linguística), onde os autores deixam muito claro que não podemos reduzir ou hierarquizar os agenciamentos, mas sim procurar como eles se relacionam reciprocamente. Deve-se atentar também para a concepção bastante ampla que é proposta

Com esse movimento mútuo de agenciamentos, um território se constitui. Uma aula é um território porque para construí-la é necessário um agenciamento coletivo de enunciação e agenciamento maquínico de corpos; a mão cria um território na ferramenta; a boca cria um território no seio. O conceito de território de Deleuze e Guattari ganha essa amplitude porque ele diz respeito ao pensamento e ao desejo - desejo entendido aqui como uma força criadora, produtiva. Deleuze e Guattari vão, assim, articular desejo e pensamento.

Podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que façamos agenciamento maquínico de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação. O território pode ser construído em um livro a partir do agenciamento maquínico das técnicas, dos corpos da natureza (as árvores), do corpo do autor e das multiplicidades que o atravessam; e do agenciamento coletivo de enunciação, nesse caso, um sistema sintático e semântico, por exemplo. Cria-se um território dos Krenak, onde agenciamentos maquínicos de corpos estão fixados diretamente na Terra, onde a circulação dos fluxos desejantes se inscreve diretamente na Terra. Criam-se agenciamentos coletivos de enunciação para recortar o Sol e A Lua, por exemplo, e fixar-lhes atributos.

Tentamos mostrar dois exemplos extremos, que seriam a territorialização do pensamento no livro e a construção de territórios indígenas. Como podemos observar, a obra de Deleuze e Guattari nos permite pensar de forma muito ampla, sem perder a riqueza de sua proposta filosófica.

Os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação são apenas dois dos quatro componentes do território. Os outros componentes são a desterritorialização e a reterritorialização. Esse ponto é fundamental na obra dos autores: *os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização*.

## **Desterritorialização e reterritorialização: a criação e o abandono de territórios**

*O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATTARI e ROLNIK, 1986:323).*

Simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga” e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, 1997:224); no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e no segundo eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação.

Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, teremos também um movimento de reterritorialização. Esse movimento concomitante de desterritorialização e reterritorialização está expresso no “primeiro teorema” da desterritorialização ou “proposição maquínica”:

*Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos: mão-objeto de uso, boca-seio, rosto-paisagem. E cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade*

---

para termos fundamentais como “corpos” e “atos” (a este respeito, v. sobretudo a referência aos estóicos na pág. 26).



*nova ao outro que também perdeu a sua. Daí todo um sistema de reterritorializações horizontais e complementares, entre a mão e a ferramenta, a boca e o seio (1996:41).*

Outra característica importante da desterritorialização aparece no segundo teorema, ao se questionar a relação comumente feita entre desterritorialização e velocidade:

*De dois elementos ou movimentos de desterritorialização, o mais rápido não é forçosamente o mais intenso ou o mais desterritorializado. A intensidade da desterritorialização não deve ser confundida com a velocidade de movimento ou de desenvolvimento. De forma que o mais rápido conecta sua intensidade com a intensidade do mais lento, a qual, enquanto intensidade, não o sucede, mas trabalha simultaneamente sobre um outro estrato ou sobre um outro plano. (1996:41)*

No terceiro teorema Deleuze e Guattari irão relacionar as intensidades dentro do processo de des-reterritorialização e propor a distinção de dois tipos de desterritorialização: a desterritorialização relativa e a desterritorialização absoluta:

*Pode-se mesmo concluir (...) que o menos desterritorializado se reterritorializa sobre o mais desterritorializado. Surge aqui um segundo sistema de reterritorializações, vertical, de baixo para cima. (...) Em regra geral, as desterritorializações relativas (transcodificação) se reterritorializam sobre uma desterritorialização absoluta. (1996:41, grifos dos autores)*

A desterritorialização relativa diz respeito ao próprio socius. Esta desterritorialização é o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização. A desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento. No entanto, como veremos mais adiante, os dois processos se relacionam, um perpassa o outro. Além disso, devemos ressaltar novamente que, para os dois movimentos, existem também movimentos de reterritorialização relativa e reterritorialização absoluta.

Primeiro, abordemos de maneira mais sucinta a desterritorialização absoluta<sup>16</sup> já que, como será observado, a desterritorialização relativa é que adquire maior vinculação com as preocupações do geógrafo.

É importante começarmos por esclarecer o que os autores entendem por “absoluto”. Segundo eles, “o absoluto nada exprime de transcendente ou indiferenciado, nem mesmo exprime uma quantidade que ultrapassaria qualquer quantidade dada (relativa). Exprime apenas um tipo de movimento que se distingue qualitativamente do movimento relativo”. (1997:225-226).

O termo absoluto, portanto, é um atributo que vai diferenciar a *natureza* deste tipo de desterritorialização; ele não marca uma superioridade ou uma dependência da desterritorialização relativa em relação à absoluta, ao contrário, como já afirmamos e retomaremos adiante, os dois movimentos perpassam um ao outro.

A desterritorialização absoluta refere-se ao pensamento, à criação. Para Deleuze e Guattari o pensamento se faz no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação e para se criar algo novo, é necessário romper com o território existente, criando outro. Dessa forma, da mesma maneira que os agenciamentos funcionavam como elementos constitutivos do território, eles também vão operar uma desterritorialização. Novos agenciamentos são necessários. Novos encontros, novas funções, novos arranjos. No entanto, a desterritorialização do pensamento, tal como a desterritorialização em sentido amplo, é sempre acompanhada por uma reterritorialização: “a desterritorialização

---

16 Devemos salientar que este é um tema extremamente complexo e amplo na obra dos autores. Uma análise da desterritorialização absoluta requer um espaço muito maior. Nosso esforço, nesse texto, é apresentar algumas de suas características e apontar questões pertinentes para a Geografia, sem nenhuma pretensão de uma visão exaustiva. Neste sentido, alertamos o leitor para que tome estas argumentações como indicação para posterior aprofundamento, a partir da bibliografia citada.

absoluta não existe sem reterritorialização” (1992:131, grifos nossos). Essa reterritorialização é a obra criada, é o novo conceito, é a canção pronta, o quadro finalizado.

Deleuze e Guattari vão afirmar que “pensar não é nem um fio estendido entre o sujeito e o objeto, nem uma revolução de um em torno do outro. Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra” (1992:113). Os autores estão querendo pensar os encontros, os agenciamentos que se dão entre os fluxos e as intensidades de desejo do socius e como eles se inscrevem na própria terra. De outra forma, os autores afirmam que, para que o pensamento exista, é necessário um solo, um meio. Esse solo, esse meio, é a própria terra.

A terra é a grande desterritorializada, pois a terra “pertence ao Cosmo” (1997:225), por onde os fluxos e as intensidades vão percorrer e se fixar. No entanto, não podemos esquecer do primeiro teorema da desterritorialização: nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois e, principalmente, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização. Onde se dá a reterritorialização da terra? Essa reterritorialização se dá de duas formas: na construção de territórios sociais (referentes ao processo de desterritorialização relativa) e no plano de imanência de um pensamento. Segundo os autores, “a desterritorialização é *absoluta* quando a terra entra no puro plano de imanência de um pensamento—Ser, de um pensamento-Natureza com movimentos diagramáticos infinitos” (1992:117).

### **A desterritorialização relativa ou desterritorialização do socius**

Destacamos a desterritorialização relativa pela importância dos vínculos que ela permite fazer com a abordagem geográfica. Tomaremos como base para esta discussão o livro *O Anti-Édipo*, em que Deleuze e Guattari desenvolvem uma verdadeira geo-história da desterritorialização, das sociedades tradicionais à sociedade capitalista.

Deleuze e Guattari (s/d) vão dar ênfase a esse processo de desterritorialização porque é assim que eles entendem a criação do Estado e a dinâmica do capitalismo. Eles afirmam que o Estado e o capital vão operar por desterritorialização e sobrecodificação. Mas enquanto o Estado e as sociedades capitalistas se constituem pelo processo de desterritorialização, as sociedades pré-capitalistas são efetivamente territoriais, pois a sua relação com a terra é totalmente diferente.

Percorrendo a estruturação de seu raciocínio, podemos dizer que os autores começam por se reportar a “unidade primitiva, selvagem, do desejo e da produção”, que é a terra. Ela se constitui não apenas no “objeto múltiplo e dividido do trabalho, mas também [n]a entidade única indivisível, o corpo pleno que se rebate sobre as forças produtivas e se apropria delas como se fosse o seu pressuposto natural ou divino” (DELEUZE e GUATTARI, s/d: 144). Esta “máquina territorial”, afirmam, é “a primeira forma de socius, a máquina de inscrição primitiva, ‘mega-máquina’ que cobre um campo social” (p. 144)<sup>17</sup>. O seu funcionamento “consiste em declinar a aliança e a filiação, declinar as linhagens sobre o corpo da terra, antes que aí apareça um Estado”. (s/d p.150)

É interessante notar que Deleuze e Guattari vão qualificar as territorialidades pré-capitalistas como dotadas de certa flexibilidade:

*os segmentos sociais têm neste caso uma certa flexibilidade, de acordo com as tarefas e as situações, entre os dois pólos extremos de fusão e cisão; uma grande comunicabilidade entre heterogêneos, de modo que o ajustamento de um segmento a outro se pode fazer de múltiplas maneiras; uma construção local que impede que se possa determinar de antemão um domínio de base (econômico, político, jurídico, artístico) (1996:84-85).*

---

17 “(...) a terra (...) é a superfície na qual todo o processo da produção se inscreve, onde os objetos, os meios e as forças de trabalho se registram e os agentes e produtos se distribuem. Ela aparece aqui como quase-causa da produção e objeto do desejo (...)” (DELEUZE e GUATTARI, s/d: 144).

Essa flexibilidade é um atributo dessas sociedades na medida em que não existe um aparelho de poder transcendente que delimita de forma rígida e despótica a organização social<sup>18</sup>. Enquanto os autores atribuem uma flexibilidade às sociedades pré-capitalistas, eles afirmam que as sociedades capitalistas modernas possuem uma segmentaridade dura, onde a organização social é sobrecodificada por um aparelho despótico e transcendente do poder, uma máquina despótica que desterritorializa e disciplinariza os corpos (como na sociedade disciplinar de FOUCAULT, 1984).

As territorialidades pré-capitalistas criam outras relações com a terra. Os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação estão fixados na terra. Não há uma exterioridade, uma dicotomia entre os corpos sociais, técnicos, políticos, artísticos e os corpos da natureza. O que ocorre é que

*a máquina primitiva subdivide a população, mas fá-lo numa terra indivisível onde se inscrevem as relações conectivas, disjuntivas e conjuntivas de cada segmento com os outros (por exemplo, a coexistência ou a complementaridade do chefe do segmento com o protetor da terra).(s/d:150)*

Tratam-se, pois, de duas relações muito distintas com a terra — enquanto nas comunidades tradicionais a terra-divindade era quase um “início e um fim” em si mesma, formando um *corpus* com o homem, nas sociedades estatais a terra se transforma gradativamente num simples mediador das relações sociais, onde muitas vezes o “fim” último, como na leitura hegeliana, caberá ao Estado.

Isto significa que o Estado e o capital irão impor um intenso processo de desterritorialização das sociedades pré-capitalistas. No que se refere ao capitalismo, os autores afirmam:

*(...) no Capital, Marx mostra o encontro de dois elementos ‘principais’: dum lado, o trabalhador desterritorializado, transformado em trabalhador livre e nu, tendo para vender a sua força de trabalho; do outro, o dinheiro descodificado, transformado em capital e capaz de a comprar Estes dois fluxos, de produtores e de dinheiro, implicam vários processos de descodificação e de desterritorialização com origens muito diferentes. Para o trabalhador livre: desterritorialização do solo por privatização; descodificação dos instrumentos de produção por apropriação; privação dos meios de consumo por dissolução da família e da corporação; por fim, descodificação do trabalhador em proveito do próprio trabalho ou da máquina. Para o capital: desterritorialização da riqueza por abstração monetária; descodificação dos fluxos de produção pelo capital mercantil; descodificação dos Estados pelo capital financeiro e pelas dívidas públicas; descodificação dos meios de produção pela formação do capital industrial, etc (s/d:233-234).*

O aparecimento do Estado é responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização, na medida em que ele imprime a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial. O Estado desterritorializa os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação e procede a uma sobrecodificação, ou seja, ele opera por novos agenciamentos, tanto maquínicos como de enunciação. O Estado fixa o homem à terra, mas o faz de forma despótica, organiza os corpos e os enunciados de outras formas:

*longe de ver no Estado o princípio duma territorialização que inscreve as pessoas*

---

18 É curioso que aqui o atributo “flexibilidade” ganha um sentido totalmente novo e diferente do que nos habituamos a ver no contexto da globalização, onde a “flexibilidade” é um atributo das novas formas de organização, mais descentralizada mas nem por isso não-hierarquizada do capitalismo (dito capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível).

*segundo a sua residência, devemos ver no princípio de residência o efeito dum movimento de desterritorialização que divide a terra como um objeto e submete os homens à nova inscrição imperial, ao novo corpo pleno, ao novo socius. (s/d:200).*

Esta é uma perspectiva interessante, uma vez que a Geografia e a Ciência Política sempre trabalharam com a idéia de Estado territorial, onde a formação do Estado está ligada ao controle político, jurídico, administrativo e militar, articulado através de um determinado território. Este entendimento causa uma ambigüidade da noção de territorialidade. A ambigüidade é desfeita se entendemos que, para Deleuze e Guattari:

*quando a divisão se refere à própria terra devida a uma organização administrativa, fundiária e residencial, não podemos ver nisso uma promoção da territorialidade mas, pelo contrário, o efeito do primeiro grande movimento de desterritorialização nas comunidades primitivas. A unidade imanente da terra como motor imóvel é substituída por uma unidade transcendente de natureza muito diferente que é a unidade do Estado: o corpo pleno já não é o da terra, mas o do Déspota, o Inengendrado, que se ocupa tanto da fertilidade do solo como da chuva do céu e da apropriação geral das forças produtivas (sld p. 150).*

Na perspectiva dos autores, o Estado se constitui pela desterritorialização das comunidades pré-capitalistas, destruindo seus agenciamentos, seus territórios e substitui o princípio da imanência (a terra como corpo pleno onde as sociedades pré-capitalistas vão se territorializar) pelo princípio da transcendência, onde o Déspota Divino assume todos os princípios de organização do *socius*.

A territorialidade do Estado se faz neste processo de desterritorialização (dentro da proposição do primeiro teorema). O Estado se reterritorializa no processo de sobrecodificação<sup>19</sup>. Dessa forma, o Estado constrói novos agenciamentos, sobrecodifica os agenciamentos territoriais que constituíam as sociedades pré-capitalistas, configurando novos agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação.

Após a exposição e análise de duas organizações sociais diferentes, onde os processos de desterritorialização e reterritorialização possuem naturezas e agenciamentos diferentes, podemos agora nos deter em exemplos mais concretos da desterritorialização e reterritorialização nas sociedades capitalistas.

Conforme já destacamos, Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização relativa diz respeito ao próprio *socius*. Isto significa dizer que a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas.

No cotidiano, a dinâmica mais comum é passarmos de um território para outro. É uma des-reterritorialização cotidiana, onde se abandona, mas não se destrói o território abandonado. Vejamos, por exemplo, o operário de uma fábrica de automóveis. No decorrer do dia, ele atravessa basicamente dois territórios - o território familiar e o território do trabalho. Em cada um deles existem agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação muito distintos. Na família os corpos estão dispostos na figura do Pai, da Mãe e do Filho. Um triângulo hierárquico, imerso na castração, no Édipo e nos decalques — o filho sendo decalcado e remetido ao pai; esquadrihado e decalcado na cama e nos braços da mãe; o regime alimentar e o regime sexual a que nos referimos antes, são agenciamentos que compõem a família — vergonha do corpo, sexualidade oprimida, hora do jantar, todos juntos na mesa. Na fábrica, os corpos são

---

19 A noção de sobrecodificação está associada à noção de código, que “é empregada numa acepção bem ampla: ela pode dizer respeito tanto aos sistemas semióticos quanto aos fluxos sociais e aos fluxos materiais. O termo ‘sobrecodificação’ corresponde a uma codificação de segundo grau” (GUATTARI e ROLNIK 1986:317-318).

outros, os agenciamentos coletivos de enunciação são outros. E um corpo técnico-científico, um aparato disciplinar, controle do tempo e do corpo, hierarquia de funções; são enunciados diferentes — é a cor verde para aumentar a produção, é a sirene que avisa a hora de parar o trabalho.

Outro exemplo bastante rico é o do bóia-fria morador de periferias urbanas: este trabalhador está em constante processo de desterritorialização e reterritorialização. Enquanto a época da colheita não chega, ele habita a periferia urbana e está imerso em um imenso conjunto de agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação, totalmente diferentes dos agenciamentos que teria enquanto trabalhador rural assalariado. Enquanto morador urbano, ele possui uma determinada dinâmica em sua territorialidade. Na periferia ele pode construir uma série de territórios e passar por cada um deles no decorrer do dia, como o operário da fábrica. É evidente que os seus territórios serão outros, mas a dinâmica de passagem por vários territórios é semelhante. Existe o seu território de morador, onde ele conhece os códigos territoriais e as relações de poder que compreendem a sua “comunidade”. Existe o território do trabalho, que é muito mais difícil de delimitar que o do operário fabril. Em um dia ele é pedreiro, no outro porteiro, segurança, etc. Quando chega a época da colheita ele se desterritorializa, abre os agenciamentos e vai se reterritorializar no trabalho na lavoura. Quando este termina, ele novamente vivencia os agenciamentos da vida urbana.

Neste momento, devemos promover o encontro entre desterritorialização absoluta e desterritorialização relativa. Afirmamos anteriormente que ambas perpassam uma a outra e que o pensamento necessita de um meio — a própria terra. “Resta que a desterritorialização absoluta só pode ser pensada segundo certas relações, por determinar, com as desterritorializações relativas, não somente cósmicas, mas geográficas, históricas e psicossociais” (1992:117). Para o pensamento existir, é necessário um encontro. O maior exemplo citado pelos autores é o da filosofia. Deleuze e Guattari argumentam que

*para que a filosofia nascesse, foi preciso um encontro entre o meio grego e o plano de imanência do pensamento. Foi preciso a conjunção de dois movimentos de desterritorialização muito diferentes, o relativo e o absoluto, o primeiro operando já na imanência. Foi preciso que a desterritorialização absoluta do plano de pensamento se ajustasse ou se conectasse diretamente com a desterritorialização relativa da sociedade grega (1992:122).*

Este pensamento trabalha buscando identificar os encontros. O que foi preciso encontrar-se, conectar-se, romper-se, para que o pensamento existisse, para que o socius se constituísse? Por onde fugiram os fluxos de desejos, as intensidades criativas, as linhas de morte? Onde se reterritorializaram esses elementos? Quais são e onde estão os territórios criados, os territórios destruídos?

### **Da Geo-Filosofia à Geo-História “nômade”**

Deleuze e Guattari vão afirmar que a filosofia “é uma geo-filosofia exatamente como a história é uma geo-história, do ponto de vista de Braudel” (1992:125). Essas afirmações são fruto de um pensamento que é produzido a partir dos encontros, dos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação, da construção do plano de imanência do pensamento, que por sua vez também é povoado por conceitos.

Dessa forma, os autores nos ajudam a construir tanto uma Geografia do socius, que nos interessa mais diretamente, quanto uma Geografia do pensamento, tendo a clareza de que ambas perpassam uma a outra, tal como a desterritorialização absoluta e a desterritorialização relativa. Sem dúvida a abordagem dos autores, por maiores que sejam nossas ressalvas em relação à sua

perspectiva filosófica, ajuda-nos a demonstrar a importância da Geografia, uma vez que, nesta leitura, ela torna-se uma condição para a própria História e não uma mera disciplina “acessória”.

Deleuze e Guattari afirmam que:

*a geografia não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a forma histórica. Ela não é somente humana e física, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irreducibilidade da contingência. Ela a arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um ‘meio’ (o que a filosofia encontra entre os gregos, dizia Nietzsche, não é uma origem, mas um meio, um ambiente, uma atmosfera ambiente: o filósofo deixa de ser cometa...). Ela a arranca das estruturas, para traçar as linhas de fuga que passam pelo mundo grego, através do Mediterrâneo. Enfim, ela arranca a história de si mesma para descobrir os devires, que não são a história mesmo quando nela recaem (...) (1992:125).*

Assim como a História foi predominantemente “escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome de um aparelho unitário de Estado, (...) inclusive quando se falava sobre nômades” (1995a:35), a Geografia menosprezou as dinâmicas des-re-territorializadoras como centro de sua análise. Deleuze e Guattari, na radicalidade de seu pensamento, na riqueza de suas metáforas-conceitos, no mínimo são um alerta para esta guinada necessária.

Ao lado de uma Geografia preocupada com as delimitações, os enraizamentos e as hierarquias de territórios, regiões e lugares, nunca superada, é preciso hoje instituir a força do movimento, uma espécie de Geografia dos espaços nômades, dos espaços da mobilidade, dos rizomas, mesclada por entidades híbridas como os territórios-rede, as redes regionais, os lugares móveis de conexão e/ou de passagem. Sem cair no extremo de um “fim dos territórios” ou de um fascínio pela mobilidade, mas reconhecendo a multiplicidade das des-re-territorializações contemporâneas, podemos reclamar para a Geografia pelo menos uma parcela da “Nomadologia” que Deleuze e Guattari advogam para a História ou, em outras palavras, para a Geo-História, que é o que Geografia e História deveriam ter sido desde sempre.

#### A DESTERRITORIALIZAÇÃO NA OBRA DE DELEUZE E GUATTARI

**Resumo:** Desterritorialização é uma noção central na obra de Gilles Deleuze e Felix Guattari. Este texto objetiva esclarecer o seu sentido, como uma forma de promover o estimulante diálogo que estes autores propõem para com a Geografia.

**Palavras-chave:** Desterritorialização, Território, Gilles Deleuze, Felix Guattari.

#### DETERRITORIALIZATION AT DELEUZE AND GUATTARI'S WORK.

**Summary:** Deterritorialization is a central notion at Gilles Deleuze and Felix Guattari's work. This text aims to clarify its sense as a way to promote the stimulating dialogue with Geography.

**Keywords:** Deterritorialization, Territory, Gilles Deleuze, Felix Guattari.

#### Bibliografia

- BADIE, B. 1995. *La fin des territoires*. Paris, Fayard. (ed. portuguesa: *O fim dos territórios*. Lisboa: Piaget, s/d)
- DELEUZE, G. 2002. *L'Ile Deserte et d'autres textes: textes et entretiens 1953-1974*. Paris: Ed. de Minuit.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. s/d. [ed. original: 1972] *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- \_\_\_\_\_. 1992. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. 1995a. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. 1995b. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. 1996. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

- DOEL, M. 1999. *Poststructuralist Geographies: the diabolical art of spatial science*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- FOUCAULT, M. 1984. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- GONÇALVES, C. W. 2002. *Da Geografia às Geo-Grafas - Um mundo em busca de novas territorialidades*. In: Sader, E. e Ceceña, A. E. (orgs.) *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO.
- GIDDENS, A. 1991. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Ed. da UNESP
- GUATTARI, F. 1987. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 1988. *O Inconsciente Maquínico: ensaios de esquizo-análise*. Campinas: Papirus.
- GUATTARI, E e ROLNIK, S. 1996 *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- GUNZ, S. s/d. Immanence and Deterritorialization. The Philosophy of Gilles Deleuze and Felix Guattari. *Rev. Paideia* ([www.bu.edu/wcp/Papers/Cont/ContGunz.htm](http://www.bu.edu/wcp/Papers/Cont/ContGunz.htm))
- HAESBAERT, R. 1994. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Curitiba: AGB, p.206-214.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF
- \_\_\_\_\_. 2001. Le mythe de la déterritorialisation. *Géographies et Cultures* n. 40. Paris: L’Harmattan.
- HARVEY, D. 1992 (1989). *A condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.
- LATOUR, B. 1991. *Nous n’avons jamais été modernes*. Paris: La Découverte.
- MACHADO, R. 1990. *Deleuze e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Graal.
- NEGRI, A. e HARDT, M. 2001. *Império*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record.
- PETERS, M. 2000. *Pos-estruturalismo e filosofia da diferença* (uma introdução). Belo Horizonte: Autêntica.
- RECLUS, E. 1985. A natureza da Geografia. In: Andrade, M. C. (org.) *Élisée Reclus*. São Paulo: Atica. (Col. Grandes Cientistas Sociais)
- SOJA, E. 1993. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- TOMLINSON, J. 1999. *Globalization and Culture*. Chicago: Chicago University Press.